

ANO: 1951

O ITAMARATY
EM 1951

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Relatório sucinto do Ministério das Relações Exteriores referente a 1951, onde são mencionadas as principais atividades de que participou esse setor da administração pública, por vontade própria ou como agente de ligação entre os verdadeiros interesses nacionais e as exigências do convívio internacional.

A política exterior do Brasil desenvolveu trabalho intenso e altamente proveitoso, no curso de 1951.

Em meio dos profundos desconcertos que tem suportado o convívio internacional e da elevação da idéia de defesa econômica em fator central da política exterior dos povos, a atividade multiforme que se irradiou, então, do Itamaraty bem justifica o orgulho nacional, inclusive porque, facilitando o debate e o aperfeiçoamento dos meios de manutenção da paz e proscricção da guerra, prestou um sincero e esforçado serviço à causa mundial, representado não apenas em votos e anelos mas em realizações de indiscutível durabilidade.

Desde a independência, a orientação do nosso país se tem caracterizado por fidelidade a princípios e regras de conduta internacional invariáveis. Não nos afastamos, quer no Império, quer na República, dos rumos traçados com firmeza, e seguidos sem desfalecimentos pelos dirigentes de ontem e de hoje, rumos que respondem à índole do povo brasileiro, a seu caráter e a suas aspirações. E a aspiração máxima do povo brasileiro tem sido e continuará a ser a manutenção da paz mundial, que só ela impulsiona as energias humanas e enobrece os fundamentos da civilização cristã.

Estamos vinculados às nações do Continente por fatores geográficos e históricos e pela política hoje vitoriosa da boa vizinhança. Essa posição não nos afasta da Europa, com que mantemos e desejamos fortalecer laços estreitos de amizade e de comércio. Também com os povos de mais distantes latitudes estamos unidos na obra comum da conciliação internacional. O meio de atingi-la é a grande Organização de Estados que desde a última guerra

procura reger, em instância suprema, as relações entre os povos. O Brasil está hoje ao lado das Nações Unidas, cheio de fé e confiante no êxito dessa instituição, de que depende a própria sobrevivência da civilização do ocidente.

Nossa política exterior não perde de vista o aparelhamento econômico e industrial do país. Incumbe-lhe, primordialmente, a defesa da Pátria, de seu patrimônio material e moral, de sua integridade territorial. Cumpre-lhe zelar pela defesa do Continente americano contra quaisquer invasores eventuais e manter com os Estados vizinhos e irmãos do hemisfério relações de amizade, estreitas e duradouras. No quadro mundial, assumiremos obrigações compatíveis com as nossas forças e tendentes a fortalecer a ordem internacional, visando o estabelecimento de condições de segurança e de paz para todos os povos. Daremos fiel cumprimento à palavra empenhada preservando uma tradição de honra. E como membro das Nações Unidas não fugiremos às nossas responsabilidades.

CONFERÊNCIA DE WASHINGTON

Foi acontecimento máximo da política continental, em 1951, a IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada em Washington a 26 de março por solicitação do Governo dos Estados Unidos da América em virtude da ameaça que a atitude agressiva do comunismo internacional representava e representa para tódas as Nações livres e necessariamente para esta parte do Hemisfério.

Antes mesmo dõ Senhor Presidente da República assumir o Poder Executivo, teve oportunidade Sua Excelência de responder a uma nota pessoal, que lhe foi apresentada pelo Embaixador dos Estados Unidos da América, sôbre os propósitos que animariam o seu Governo

quando se reunisse aquela Conferência. Saliou o Chefe da Nação, muito bem, que o Brasil se manteria fiel, em face da nova situação de emergência criada pela agressão soviética no extremo oriente, aos princípios de sua tradicional solidariedade com as nações democráticas e de integração na órbita da Organização das Nações Unidas. A resposta também manifestava com clareza o firme propósito de seu Governo de diminuir, mediante as cautelas mais adequadas, o desgaste anormal que a economia de guerra impõe aos recursos das nações ainda não inteiramente desenvolvidas, desgaste que é proporcionalmente maior e de recuperação mais difícil do que o imposto às nações altamente industrializadas, sobre cujos ombros recaem as tarefas econômicas de maior responsabilidade. Tornava-se indispensável, diante da proclamação de uma nova emergência internacional, robustecer a nossa estrutura econômica para que ela suportasse sem catástrofe as dificuldades e anomalias de um novo período excepcional. Esse robusteci-

mento só poderia ser obtido através de alguns investimentos básicos, no campo dos transportes marítimos e ferroviários, dos serviços portuários, do fornecimento e distribuição da energia elétrica, da alimentação e dos combustíveis, que a sua resposta enumerava em XIV pontos, para os quais pedia a cooperação do Governo dos Estados Unidos da América.

Desde o início do ano os estudos preliminares sobre os assuntos do temário tinham sido feitos. De maneira que pode ser considerado, sob todos os pontos de vista, excepcional o rendimento alcançado pela delegação brasileira àquele certame.

Já na sessão de abertura da Reunião de Consulta, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, respondendo, em nome dos países latino-americanos, ao discurso do Presidente dos Estados Unidos da América, procurou estender o alcance daquele ponto da agenda, de modo a conciliar as exigências do programa da cooperação de emergência com os imperativos do funcionamento e desenvolvimento da eco-

nomia de cada qual, criando uma atmosfera de trabalho e bem-estar para todos.

O programa da Conferência, fixado por acôrdo entre os países membros da Organização dos Estados Americanos, compreendeu a colaboração política e militar para a defesa da América, o fortalecimento da segurança interna dos países do continente e a cooperação econômica de emergência.

No plano político a unidade de vistas entre as Repúblicas do hemisfério deu testemunho ao mundo, ainda uma vez, da solidez e homogeneidade do bloco continental. A “declaração de Washington”, transcendente documento no qual bem se resume aquêlc espírito, reafirmou a determinação das Repúblicas americanas de se manterem inquebrantavelmente unidas espiritual e materialmente, na atual situação de emergência ou em face de qualquer agressão ou ameaça contra qualquer delas, e reafirmou a fé comum na eficácia dos princípios estabelecidos na Carta da Organização dos Estados Americanos, bem como no fortalecimento da

ação das Nações Unidas como meio mais eficaz de manter a paz, a segurança e o bem-estar entre os povos. Através de outra Resolução decidiu a Reunião de Consulta confirmar o apóio das Repúblicas americanas à ação das Nações Unidas para reprimir a agressão soviética na Coréia e em qualquer outro ponto onde ela se manifeste, procedendo ao estudo imediato dos seus recursos e especificando as medidas com que possa contribuir para a defesa do continente e para o esforço coletivo das Nações Unidas, dentro da resolução “união pela paz” da V Assembléia Geral.

No tocante à cooperação militar, a Reunião de Consulta resolveu recomendar às Repúblicas americanas que orientem a sua preparação militar de forma a poderem aumentar os seus recursos e revigorar suas forças armadas no sentido de atenderem prontamente à defesa do Continente e à repressão da agressão eventual contra qualquer delas. Resolveu também encarregar a Junta Interamericana de Defesa, que já preparara em 1950 um esquema

dos princípios estratégicos em que repousa a defesa do hemisfério, de elaborar, com a maior brevidade, um plano militar de defesa comum, sujeito à aprovação dos diferentes Governos e envolvendo tôdas as tarefas militares a cargo de cada um dos países. Esse plano foi elaborado pela Junta, na forma da decisão referida, sendo aprovado e comunicado aos diferentes Governos em novembro de 1951.

No plano econômico não se estabelecera inicialmente a identidade de vistas entre os Governos do hemisfério, que afinal coroou o êxito das decisões finais. Os Estados Unidos da América, desde os primeiros meses do ano findo, se haviam empenhado no grande plano de mobilização econômica para a defesa, que dirigiu para os problemas da segurança coletiva, do gigantesco potencial da mais desenvolvida nação do mundo. Esse plano envolvia também a mobilização dos recursos do hemisfério, suprimento de matérias primas e manufaturas e diversas limitações às atividades econômicas de fins puramente civis. Por outro

lado, as nações menos desenvolvidas, que integram o sistema continental, seguiram desde o primeiro momento a firme orientação traçada por nossa Delegação de que os problemas de robustecimento da estrutura econômica desses países não eram problemas suscetíveis de serem relegados a um período de normalidade internacional, mas eram parte integrante da economia de emergência, tanto pela necessidade de defender aquelas estruturas sociais e econômicas dos desgastes e distorções do período de anormalidade, quanto pela imperiosa necessidade de aparelhá-las para contribuir regularmente no esforço comum. Esse ponto de vista, sustentado reiteradamente pela nossa Delegação e também por outras que concorreram para definir a sua importância e generalidade, encontrou compreensão plena por parte dos representantes do Governo dos Estados Unidos, e a ata final da Reunião de Consulta consagrou o princípio de que "o desenvolvimento econômico dos países insuficientemente desenvolvidos é considerado como

elemento essencial sob o ponto de vista da defesa do continente, sem esquecer que é dever primordial dos Estados americanos na presente emergência fortalecer as suas defesas e manter as atividades civis essenciais”. Dêsse princípio decorreram as normas específicas destinadas a assegurar o aumento de produção e transformação de materiais básicos e estratégicos, a produção, utilização e distribuição de produtos escassos essenciais, as quotas e prioridades, o controle justo e racional dos preços, a manutenção dos transportes, a liquidação dos estoques de emergência e os planos de desenvolvimento econômico, visando especialmente modernizar a agricultura, aumentar a produção de alimentos, desenvolver os recursos minerais e de energia hidro-elétrica, intensificar a industrialização, melhorar os meios de transporte, elevar os níveis de saúde e educação, estimular a inversão de capitais particulares e públicos, estimular o emprego e elevar a capacidade diretiva e perícia técnica co-

nexa, e melhorar as condições de vida das classes trabalhadoras.

Se compararmos os princípios que orientaram a organização da economia de emergência na II.^a Guerra Mundial, quando as necessidades da defesa foram atendidas com o sacrifício desproporcionado das economias subdesenvolvidas, e os princípios aprovados em Washington na IV Reunião de Consulta, teremos de reconhecer que um progresso substancial foi alcançado, demonstrando a experiência e a maturidade que os países menos desenvolvidos souberam alcançar. E constitui para o Governo do Brasil motivo de justificado orgulho reconhecer que coube à sua Delegação o principal esforço e a contribuição mais decisiva na modificação dessa mentalidade, interpretando, de acôrdo com as nossas melhores tradições diplomáticas, os problemas e dificuldades da comunidade latino-americana.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA

Ao mesmo tempo que se processavam os trabalhos da IV Reunião de Consulta, dei início em Washington, inspirado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a negociações bilaterais, visando colocar sobre bases sólidas e simples o sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento econômico intensivo do nosso país. O convênio concluído por troca de notas com o Governo dos Estados Unidos, previa a prestação de auxílio norte-americano técnico e financeiro ao nosso país, através de um órgão misto, que estudasse os problemas e aprovasse os projetos apresentados para solucioná-los. Era indispensável passar ao terreno da construção de um sistema

prático, que assegurasse a prestação de auxílio em tempo rápido e em escala adequada, para que o Brasil pudesse superar as enormes deficiências, agravadas desde a última guerra, no campo dos transportes, da energia e da alimentação. O Itamaraty iniciara no Rio de Janeiro conversações de caráter preliminar, por ocasião da visita que nos fêz, em fevereiro, o Sub-Secretário de Estado Assistente para os Negócios Interamericanos. E desde os primeiros dias da Reunião de Consulta encontrou da parte do Govêrno dos Estados Unidos a melhor acolhida ao desenvolvimento e concretização daquelas conversações.

Foi então que se logrou dar forma definitiva ao importante organismo instalado no Rio de Janeiro, meses mais tarde, sob a denominação de Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Econômico. A êsse organismo, integrado por economistas e técnicos de alta réputação, representando os dois países, foi confiada a tarefa de estudar, sob o ponto de vista da eficá-

cia técnica e da produtividade econômica, cada um dos grandes planos a cuja execução os Estados Unidos dariam direta ou indiretamente a sua colaboração. Entendimentos foram levados a cabo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer, em princípio, um limite global de créditos a serem concedidos ao Brasil, dentro de um prazo limitado, para execução simultânea de seus diferentes programas. E ao mesmo tempo foram revisados os pedidos de financiamento encaminhados pelo nosso Governo, ou por êle apoiados, junto ao Banco de Importação e Exportação e ao Banco Internacional.

Os resultados dêsses entendimentos estabeleceram as bases para a instalação e funcionamento da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América e deram o ponto de partida dos entendimentos complementares que, em setembro, o Ministro da Fazenda pôde levar a cabo junto ao Secretário do Tesouro e ao Departamento de Estado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Quanto à assistência técnica, é prestada pelas Nações Unidas, pela Organização dos Estados Americanos e pelas respectivas agências especializadas, cabendo aos países que recorrem a tais organismos determinar o tipo de ajuda de que necessitam. A Comissão Nacional de Assistência Técnica, composta de onze membros e presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, preparou vários acôrdos, durante o corrente ano, para concessão de assistência a entidades brasileiras, tendo em vista principalmente a vinda de peritos. Assim foi firmado um acôrdo com o Fundo Internacional de Socorro à Infância, que tem por escopo tanto o fornecimento imediato de alimentos à criança nordestina como desenvolver nas po-

pulações beneficiadas a noção mais racional de como alimentar a infância. Foram ainda firmados acôrdos com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, relativos à vinda de técnicos destinados a auxiliar o trabalho do Ministério da Agricultura; com a Unesco, para a concessão da ajuda ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Ainda com a Unesco foram concluídos outros dois convênios que beneficiarão o Instituto Nacional de Tecnologia e a Fundação Getúlio Vargas, respectivamente. Outro ainda foi concluído com a Repartição Internacional do Trabalho tendo em vista o SENAI. Neste caso figuramos não apenas como receptores, mas também como proporcionadores de assistência técnica a países menos desenvolvidos.

De grande significação para nós é também a já programada instalação em território brasileiro de um Centro para o Combate à Febre Aftosa. Neste empreendimento inverterão o Bureau Sanitário Pan-Americano e o Instituto

de Ciências Agrícolas mais de duzentos e vinte cinco mil dólares, quantia muitíssimo superior ao total da nossa contribuição ao Programa de Assistência Técnica da OEA. Cumpre aqui acentuar o esforço desenvolvido pelo Governo para conseguir fôsse localizado no Brasil o Centro em questão.

AJUDA DO "FUNDO INTERNACIONAL DE SOCORRO
À INFÂNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS" AO NORDESTE
DO BRASIL

Em 1951, a ajuda do chamado FISI ao Brasil (aos Estados Nordestinos) atingiu sua plena expansão e o Plano de Assistência à Infância e à Maternidade do Nordeste teve um êxito digno de ser celebrado. A doação das Nações Unidas, num montante de quinhentos mil dólares e representada principalmente por leite em pó, equipamento hospitalar e produtos vitamínicos, chegou ao Nordeste em tempo para ajudar o Govêrno Federal e os Governos Estaduais em seus esforços contra as devastações causadas pelas sêcas. Dezenas de milhares de crianças e adultos foram socorridas na sua alimentação essencial e mais de cem ins-

tituições se viram equipadas com o que há de melhor em material hospitalar. Em fins de 1951 outra soma (quinhentos e cinquenta mil dólares) foi reservada pelo FISI para novos e mais desenvolvidos programas de assistência ao Brasil.

ACÓRDOS COMERCIAIS

Grande parte do intercâmbio comercial do Brasil com os demais países continua sendo executada em bases de acórdos bilaterais formulados pelo Itamaraty, após o pronunciamento opinativo da Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais, que, por sua vez, mediante audiências públicas, procede a amplo e democrático inquérito junto às partes interessadas.

Os diversos ajustes firmados em 1951 obedeceram, em linhas gerais, a princípios de política seletiva de importação e exportação, visando a redução sistemática na importação de produtos não essenciais, a segurança para escoamento de produtos que apresentam "excedentes gravosos", a diversificação de mercados, o desvio de correntes de comércio para áreas de condições cambiais mais favoráveis e a continuidade de intercâmbio comercial com

países que, devido a uma economia estacionária, não dispõem de grande número de bens de produção essenciais no desenvolvimento da indústria nacional, mas que, sendo áreas de consumo para sobras exportáveis de alguns dos principais produtos brasileiros, funcionam como válvulas de segurança para os seus preços nos grandes mercados.

Dentro desta orientação, o Brasil assinou com a França amplo convênio comercial; com a Argentina foi firmado acôrdo que veio solucionar a crise que ameaçava fruticultores do litoral paulista; com a Áustria assinou um ajuste de trocas de mercadorias, revendo as listas de produtos que tiveram seus valores elevados, e sempre com a preocupação de assegurar mercado para produtos brasileiros considerados de difícil escoamento; com a Iugoslávia reviu novas listas, aumentando o valor global das importações e exportações, e, finalmente, terminou estudos para servir de base a negociações com Portugal, Grécia, Finlândia, Turquia, Uruguai e Islândia.

COMISSÃO ECONÔMICA DA O.N.U. PARA
A AMÉRICA LATINA

Fêz-se representar o Brasil na reunião relativa ao quarto período de sessões da Comissão, realizada em junho na cidade do México visando a assegurar meios para um desenvolvimento industrial harmônico e coordenado entre os diversos países componentes da CEPAL e a alcançar, no que se refere ao comércio exterior, a estabilidade de poder aquisitivo de divisas acumuladas nos períodos de emergência.

O Brasil formulou convite para que o quinto período de sessões fôsse realizado no Rio de Janeiro, o que foi aceito unânimemente.

CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO
E SOCIAL

Na segunda quinzena de agosto realizou-se, no Panamá, a 2.^a Sessão-Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social. Nessa reunião, em que esteve o Brasil representado, foram debatidos problemas de interesse para a economia dos países americanos, tendo o nosso Delegado aproveitado a oportunidade, na discussão do item sobre controle de preços, para reafirmar a posição dos países produtores de café e de cacau e dizer que os preços-tetos sobre êsses artigos constituem uma ameaça ao equilíbrio da economia dos países que os produzem e impedem o livre funciona-

mento dos mercados, motivos por que devem ser eliminados, logo que as circunstâncias o permitam, ou, pelo menos, assim que termine o atual período de emergência.

ACÔRDO GERAL SÔBRE TARIFAS ADUANEIRAS
E COMÉRCIO

Prosseguiram até 21 de abril, na cidade de Torquay, Inglaterra, as negociações entre as Partes Contratantes do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). O Brasil concluiu ajustes com a República Federal da Áustria e com os Estados Unidos da América, completando contratos iniciados nas Conferências de Genebra e Annecy, e realizou negociações para retirada ou modificação de concessões permutadas com a Austrália, Benelux, Nova Zelândia, França, Estados Unidos da América e África do Sul. O Protocolo, em que se contém os termos de adesão e listas tarifárias dos produtos negociados, foi encaminhado ao Congresso.

Durante os meses de setembro e outubro, realizou-se a Sexta Reunião das Partes Contratantes do GATT em Genebra, onde foram tratados problemas de relevância, como balança de pagamentos, redução geral de tarifas, novos métodos de negociação tarifária e projeto de convenção sobre tratamento aduaneiro de amostras, tendo sido eleito o Brasil membro de duas comissões intersessionais.

Funciona no Itamaraty, desde julho último, uma Comissão, integrada por representantes dos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Relações Exteriores e Agricultura, e das classes produtoras, para o fim de analisar a posição do Brasil perante o GATT.

MATERIAIS ESCASSOS E A CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DE MATÉRIAS PRIMAS

A escassez de matérias primas, resultante do aumento mundial do consumo civil e dos amplos programas de rearmamento para a defesa das democracias, constitui um dos sérios problemas da atualidade, principalmente para países em fase intensiva de desenvolvimento, como o Brasil. Para assegurar uma distribuição equitativa desses materiais, foi convocada uma Conferência Internacional de Matérias Primas, reunida em Washington enquanto durar a presente situação de emergência.

O Brasil acha-se representado na Comissão Central e em cinco Comissões de produtos especiais, nelas defendendo as quotas de que

necessita o país para o consumo industrial e militar.

O sistema de licenças de exportação instituído pelo Governo dos Estados Unidos da América, além das matérias primas que são distribuídas segundo as recomendações da Conferência, inclui 550 artigos de comércio internacional, principalmente equipamentos industriais, sujeitos a estrito sistema de quotas e de programação da produção. O Governo brasileiro a fim de bem justificar as suas necessidades, quer junto à Conferência, quer junto ao Escritório de Comércio Internacional dos Estados Unidos da América, criou em colaboração com o Governo desse país um órgão especial — o "*Grupo Misto de Problemas de Suprimentos de Emergência*" — do qual fazem parte representantes do Itamaraty, da Embaixada americana no Rio de Janeiro e da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

ACÔRDOS SÔBRE TRANSPORTES AÉREOS

Em prosseguimento ao programa de expansão internacional de nossas linhas aéreas, foram assinados acôrdos com a Bolívia e o Paraguai e estudadas as possibilidades de ajustes idênticos com a Colômbia, Uruguai e Venezuela. Os acôrdos sôbre transportes aéreos com a Turquia, a Itália e o Líbano mereceram a aprovação do Parlamento.

OS CASOS DO IRÃ, DO EGITO E DE MARROCOS

A nacionalização do petróleo do Irã, a decisão do Governo egípcio de pôr fim à presença de tropas britânicas em território do país e as manifestações do povo marroquino por sua independência, atraíram a atenção do Governo brasileiro, que sempre acompanha o desenvolvimento dos casos, na medida permitida pelas circunstâncias, com o mais vívido empenho amistoso de conciliação.

A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR

A pedido das Partes interessadas, realizou-se no Itamaraty a Quarta Reunião dos Estados Gerantes — Argentina, Chile, Estados Unidos da América e Brasil — durante a qual foram considerados os incidentes de fronteira ocorridos entre os dois países e as possibilidades de solução das questões litigiosas surgidas da execução do instrumento diplomático concluído entre o Peru e o Equador no Rio de Janeiro, em 1942, tendo ficado incumbido o Ministro das Relações Exteriores do Brasil de saber das possibilidades de um entendimento direto ou de recurso a qualquer outro meio pacífico de solução do dissídio.

REVISÃO DO TRATADO DE PAZ COM A ITÁLIA

Após entendimentos entre os países signatários do Tratado de Paz com a Itália, o Governo brasileiro resolveu aceitar as propostas formuladas pelo Governo italiano para a revisão daquele Tratado, reconhecendo não mais subsistir o espírito do Preâmbulo do Tratado em causa, substituído que foi pelos princípios da Carta das Nações Unidas; que eram superfluas cláusulas políticas e que cláusulas militares, restritivas do direito de auto defesa, não correspondiam à posição que a Itália hoje ocupa, em igualdade de condições, na comunidade das nações democráticas e amantes da paz.

TRATADO DE PAZ COM O JAPÃO

No dia 8 de setembro, foi assinado, em São Francisco da Califórnia, o Tratado de Paz com o Japão, a que apuseram suas firmas os representantes de quarenta e oito países, entre os quais o do Brasil, designado depois de obtida a autorização do Congresso Nacional.

Esse Tratado, embora encarando o vencido em pé de igualdade soberana com os outros signatários, impõe-lhe limitações de ordem territorial e econômica, em virtude das necessidades de organização da defesa coletiva. Quando o Tratado entrar em vigor, poderão ser estabelecidas relações normais entre o Brasil e o Japão.

ALEMANHA

Depois de um lapso de quase dois lustros, o Brasil reencetou suas relações diplomáticas com a Alemanha, tendo sido reaberta, em Bonn, a nossa Embaixada. Com o fim de dar à República Federal da Alemanha maior acesso ao concôrto internacional, as autoridades Aliadas permitiram-na organizar o seu Ministério dos Negócios Estrangeiros e pouco depois foi acordado entre o Brasil e a República Federal da Alemanha que ambos trocariam representações diplomáticas com a categoria de Embaixada. O crescimento do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha exigiu, além disso, a reabertura de Consulados naquele país.

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Paris, o Brasil foi indicado para integrar a Comissão de Inquérito criada com o fim de examinar as condições e possibilidades de eleições em tôda a Alemanha.

RECONHECIMENTO DE GOVERNOS

Havendo renunciado a suas altas funções o Presidente constitucional da Bolívia, entregando o poder, em 16 de maio de 1951, a uma Junta Militar, e assegurando-se o Govêrno brasileiro de que a referida Junta, presidida pelo General Hugo Ballivián, estava animada dos elevados propósitos de cumprir os compromissos internacionais assumidos pela Bolívia, de manter a paz pública e de criar um ambiente propício para o futuro institucional do país, decidiu reconhecê-la como Govêrno *de fato* da Bolívia.

Em fins de novembro verificou-se um movimento revolucionário na Síria, que conseguiu formar um novo Govêrno, reconhecido pelo Govêrno brasileiro a 26 de dezembro.

7 Proclamada a independência do Reino Unido da Líbia, logo o Governo do Brasil deu-lhe a confirmação do seu reconhecimento, de certo modo implícito no Tratado de Paz com a Itália e nas resoluções das Nações Unidas, que haviam determinado fôsse a Líbia constituída em Estado soberano.

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS
INTERNACIONAIS

Assinou o Governo, em 1951, quarenta novos atos internacionais, que firmamos com os Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Portugal, Uruguai, Suíça, Bolívia, Espanha, Colômbia, Egito, Áustria, Bélgica, Haiti, Venezuela, Paraguai, Grécia, Equador, República Dominicana e Iugoslávia, ademais de com a UNESCO, a Organização Internacional de Refugiados, a Repartição Internacional do Trabalho, a F.A.O. e a Repartição Sanitária Panamericana; foram ratificados, no curso do referido ano, cinco atos internacionais e um foi promulgado; o Brasil participou, no mesmo período, de cento e sete congressos e conferências internacionais; finalmente, devo sa-

liantar que dezesseis reuniões se realizaram em território brasileiro com a participação estrangeira, no correr do ano de 1951.

A menção destes dados oferece prova não só de que temos tido maior participação nos entendimentos entre os povos mas também de que uma consideração atenta está sendo exigida do Itamaraty para a nova concepção de cooperação, que completa e uniformiza as políticas dos diferentes Estados e representa a ~~defesa dos interesses nacionais.~~

RELÊVO

O prestígio de que se reveste a nossa posição no seio da comunidade dos Estados civilizados teve, em 1951, realce digno de nota, com justos motivos de orgulho para a diplomacia do Brasil. O Delegado brasileiro junto à Organização das Nações Unidas foi elevado à Presidência da Comissão de Medidas Coletivas, entidade encarregada de estudar a participação efetiva dos Estados-Membros daquela Organização no sistema de segurança internacional, estabelecido pela Carta de São Francisco. O Senhor Horácio Láfer foi levado à presidência do Conselho Administrativo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento por unanimidade; o Senhor Eugênio Gudín foi eleito presidente do Conselho de

Administração do Fundo Monetário Internacional; o Senhor Levi Carneiro elegeu-se juiz da Cômte Internacional de Justiça; o Senhor Paulo Carneiro atingiu a presidência do Conselho Executivo da UNESCO e o Senhor Josué de Castro obteve a presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Essa intensificação da vida internacional está reclamando, no campo do serviço público, um aumento dos recursos consagrados ao Ministério das Relações Exteriores. O crescente número de Estados que desejam manter ou acrescentar relações diplomáticas com o Brasil; a maior participação do país em organismos internacionais e suas comissões e comités, bem como em conferências e reuniões de tódta ordem; o vulto do comércio exterior brasileiro, inclusive em áreas novas, e, enfim, a intensidade da função internacional do Brasil e seu prestígio, vêm requerendo a expansão dos serviços do Itamaraty.

Para agir em consonância com a política geral do Governo, de redução das despesas e equilíbrio orçamentário, o Ministério das Relações Exteriores, apesar de ser o menos dispendioso da República, logrou, sem prejuízo das suas verbas dinâmicas, chegar ao termo do ano de 1951 com um apreciável saldo na Delegacia do Tesouro em Nova York, obtido em boa parte graças a uma judiciosa distribuição de recursos. Fôrça é reconhecer, porém, que em matéria de pessoal são cada vez mais agudas as dificuldades. Somente a reforma que está sendo ultimada poderá aliviar o *deficit*. Uma nova rede consular brasileira no mundo terá de ser estendida. E' de prever-se, pois, a efetivação de planos seguros para um melhor funcionamento do Ministério das Relações Exteriores, com a reorganização da Secretaria de Estado em bases que lhe permitam ser um eficiente centro diretor e com a reestruturação da carreira de diplomata em moldes mais realísticos.

NOVAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Atendendo a considerações e conveniências de ordem política e econômica, o Governo decidiu instalar em Damasco a sede da Legação do Brasil na Síria e criar uma Embaixada em Karachi, no Paquistão e uma Legação em Adis-Abeba, no Império da Etiópia, cuja ação será exercida cumulativamente pela Missão diplomática brasileira no Cairo.

I CONGRESSO DA UNIÃO LATINA

A União Latina, fundada em Paris de acôrdo com idéia que há anos lancei, ampliou neste lustro o seu âmbito de ação, através dos Comitês nacionais, constituídos nos países de origem e formação latinas.

O I Congresso, levado a efeito no Rio de Janeiro, visou a colocar num plano prático de realizações os seus altos objetivos e entrosar tão incipiente movimento no âmbito das aspirações universais, aderindo aos problemas que ocupam a humanidade hodierna, sobretudo a ocidental, sem exclusão dos povos que seguem seus princípios de direito, de liberdade e de democracia.

Dos estudos e debates resultaram resoluções e recomendações pelas quais os países la-

tinosa se propõem a buscar os meios de preservação do patrimônio comum de civilização, respeitando as características individuais e próprias de cada nação e a minorar, num esforço conjunto, as dificuldades da hora presente, pela elevação do nível de vida, pela boa vontade recíproca no recebimento dos emigrantes, pela segurança do acatamento ao direito de todos e garantia a seu trabalho.

)

ACÇÃO CULTURAL

Em 1951, como saldo inegável do que anteriormente fôra feito no setor cultural, figuravam os Cursos brasileiros em Montevidéu, Assunção e Rosário e as bolsas de estudo concedidas a estudantes estrangeiros, atividade a que se pode acrescentar o livro "Brasil", durante anos publicado em português e com algumas pequenas edições de experiência em língua estrangeira. Esses elementos mereciam consideração e foram aproveitados com as modificações que pareceram indicadas. Era, porém, necessário desenvolver a difusão cultural brasileira de modo a alcançar o mundo inteiro, na medida do possível. Não bastava cuidar dos Institutos no Prata e de um anuário que, no exterior, quase que somente proporcionava

informações às Repartições brasileiras. Havia que vencer a excessiva ignorância a nosso respeito.

A inovação consistiu em aproveitar todos os meios de apresentar o Brasil de maneira sensível ao público de qualquer país, tornando mais eficazes alguns instrumentos de execução da nossa política exterior. Foram adotados como elementos de aproximação o alemão, espanhol, francês, inglês e italiano e não apenas o nosso idioma. Existiam traduções de obras brasileiras e alguns livros em língua estrangeira sobre o Brasil, pouco conhecidos fora dos lugares da edição, os quais foram comprados e distribuídos amplamente através das Missões diplomáticas e dos Consulados.

Ao mesmo tempo, eram animadas as casas editôras, em tôda a parte, a tirarem as edições que convinham aos nossos propósitos. Assumiu o Itamaraty, igualmente, a função de editor, sempre que considerado oportuno. Somadas tôdas as publicações de que se serviu em 1951, o Ministério das Relações Exteriores che-

gou a um total de cerca de um milhão de exemplares.

Mas, não era suficiente a nossa contribuição em livros e folhetos. Foram supridas, as Repartições brasileiras no exterior, de centenas de fotografias, suscetíveis de serem reproduzidas na imprensa, de dotá-las de um álbum de vistas para distribuição e de ampliações fotográficas para exibição. Enviou-se às mesmas Repartições filmes documentários, bem como partituras escolhidas. E, compradas no estrangeiro as melhores gravações de música brasileira e reunidos milhares de discos de produção nacional, estão sendo equipadas com esse material as Missões diplomáticas e as Repartições consulares, além de ter sido preparado, com o concurso do serviço de Radiodifusão do Ministério da Educação, um programa de discos-programa para todos os países.

IMIGRAÇÃO

No decurso do ano de 1951 foram iniciadas as execuções dos Acôrdos com a Suíça e com a Organização Internacional dos Refugiados, para a imigração, no primeiro caso, de quinhentas famílias suíças, totalizando cêrca de duas mil e quinhentãs pessoas, e, no segundo caso, para o recebimento de cinco mil imigrantes selecionados pela Comissão de Seleção Brasileira na Europa. No mesmo período foram instruídas as Repartições consulares na Itália e nos Países Baixos, no sentido de conceder algumas das facilidades previstas nos Acôrdos que o Brasil assinara com êsses países e estavam em discussão no Congresso.

Por iniciativa do Govêrno belga reuniu-se em Bruxelas, no fim do ano próximo passado,

a Conferência Mundial de Imigração com o objetivo de dar solução aos problemas relativos à criação de um Comitê Intergovernamental provisório para as imigrações e ao aproveitamento da frota da Organização Internacional de Refugiados, questões já suscitadas mas não resolvidas na Conferência de Nápoles, realizada nos começos de 1951. O Governo defendeu o ponto de vista de que o problema imigratório deve ser encarado como parte do problema do desenvolvimento global das áreas menos desenvolvidas, uma vez que o assunto vinha sendo encarado apenas sob o prisma dos interesses europeus. Alterado o projeto original, foi assegurado o reconhecimento da tese que defendíamos. Conseguiu ainda obter o Itamaraty a elevação da quota que nos tinha sido inicialmente destinada, de cinco mil para dezoito mil imigrantes, bem como gratuidade de transporte marítimo para aqueles imigrantes que demandam a América do Sul, desta forma obviando a principal dificuldade sempre encontrada para a execução dos problemas imigratórios em larga escala.

PETRÓLEO BOLIVIANO

Tiveram início, pela Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, as perfurações de prova nas estruturas levantadas nas áreas de estudo. O desenvolvimento dos trabalhos, que terá de acompanhar o ritmo do progresso do "hinterland" brasileiro e do oriente boliviano, representa um esforço para a obtenção de combustível barato em linhas interiores, independentes das vias marítimas.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Ao longo da Cordilheira de Pacaraima, em dois trechos distintos do divisor de águas das bacias do Amazonas e do Orinoco, realizou a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.^a Divisão, junto com a sua congêneres venezuelana, a demarcação caracterizada por vinte e cinco novos marcos internacionais de limites — 2.^a Divisão, por sua vez, construiu trinta e vinte quilômetros.

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.^a Divisão, por sua vez, construiu trinta e dois marcos no trecho boliviano Marco de São Matias, extremo leste da geodésica que vem de Boa Vista, e a nascente da Corixa do Destacamento, no extremo sul da serra de Borborema; realizou na fronteira com o Paraguai

operações de várias índoles, inclusive a preparação dos caminhos que ligam a cidade de Ponta-Porã ao local de trabalho na serra de Maracajú, no trecho final da chamada linha seca, onde a serra inflete em direção ao Salto das Sete Quedas no Rio Paraná, e ultima a confecção das cartas definitivas da fronteira com o Uruguai, cuja demarcação está praticamente concluída.

ESTRADA DE FERRO BRASIL-BOLÍVIA

Prosseguiram normalmente, no curso do ano próximo findo, os trabalhos de construção da via permanente e os de conservação da linha da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, cuja extensão é de 650 km e está toda ela quase concluída. A ponte a ser levantada pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana sobre o rio Grande, em Puerto Pailas, terá no mínimo mil metros de comprimento.

VISITANTES ILUSTRES

Foram numerosas as visitas que recebemos de ilustres personalidades estrangeiras de grande projeção no cenário político internacional. E' de se destacar a presença, entre nós, em 1951, de Sua Eminência o Cardeal Francis Spellman, do Senhor Edgard Faure, Ministro da Justiça da França, do Senhor Giulio Andreotti, Sub-Secretário de Estado da Itália, do Senhor Pierre de Gaulle, Presidente do Conselho Municipal de Paris e do Senhor Gordon Dean, Presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América.

Se se revestiu de solenidade a posse no Governo de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a 31 de janeiro do ano próximo passado, isso em grande parte foi devido ao

comparecimento das Embaixadas e Missões Especiais que os Governos amigos resolveram enviar ao Rio de Janeiro, à frente das quais se encontravam figuras destacadas, cujas visitas muito honraram o Brasil. (*)

João Neves de Freitas

(*) Os anexos d'este Relatório, que foi originariamente preparado para servir de subsídio à Mensagem presidencial, estão sendo completados nas diferentes Divisões e Serviços que compõem o organismo do Ministério das Relações Exteriores, tendo-se em vista a conveniência de os manter com o caráter de exposição de conjunto da participação do Itamaraty nas múltiplas manifestações da atividade governamental do país.